

Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 00.522.239/0001-21 – NIRE 35.300.513.231

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro de 2024, às 10h00 (dez horas), na sede da **Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade e estado de São Paulo, Rua Ulisses Cruz, nº 761, 2º andar, Tatuapé, CEP 03077-000. **2. Mesa:** Jorge Yamaniski Filho – Presidente; e Norival Thimoteo – Secretário. **3. Presença:** Os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **4. Convocação:** Dispensada a convocação ante a verificação da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme faculta o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) autorizar a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia a ser convalida na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para colocação privada ("Debêntures"), a serem subscritas integralmente pela **Companhia Província de Securitização**, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora na categoria S1, sob o número 132, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 550, 4º andar, Cidade Monções, CEP 04571-925, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 04.200.649/0001-07 e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300546547 ("Debenturista" ou "Securitizadora"), mediante a celebração do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, a ser Convalida em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários S.A." ("Escritura de Emissão de Debêntures") e (ii) autorizar os diretores da Companhia a tomarem todos os atos necessários e celebrarem todos os documentos aplicáveis para efetivar as deliberações tomadas na presente assembleia geral extraordinária, incluindo eventuais retificações, ratificações e/ou aditamentos dos instrumentos que forem firmados no âmbito da emissão. **6. Deliberações.** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **6.1.** Aprovar, por unanimidade de votos, nos termos do Capítulo V, do Estatuto Social da Companhia, e na forma do disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, aprovar a emissão das Debêntures, para colocação privada, com as seguintes e principais características: **(A) Valor Total da Emissão.** O Valor Total da Emissão de Debêntures é R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). **(B) Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), será de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). **(C) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, todas relativas à série única da Emissão. **(D) Data de Emissão.** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será 18 de dezembro de 2024 ("Data de Emissão"). **(E) Data de Vencimento.** A data de vencimento das Debêntures será 14 de dezembro de 2029 ("Data de Vencimento"). **(F) Periodicidade de Pagamento da Remuneração.** O pagamento da Remuneração pela Companhia será feito de acordo com as respectivas Datas de Pagamento indicadas no Cronograma de Pagamentos, constante no Anexo IV da Escritura de Emissão de Debêntures ("Primeiro Pagamento da Remuneração"). **(G) Colocação.** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores. **(H) Subscrição.** As Debêntures serão subscritas pela Securitizadora por meio da assinatura de boletim de subscrição, conforme modelo constante no Anexo III da Escritura de Emissão de Debêntures ("Boletim de Subscrição"), bem como pela inscrição de seu nome no Livro de Registro de Debêntures Nominativas. **(I) Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora. **(J) Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografia a ser convalida na espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória dos Avalistas, conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures. **(K) Atualização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, será atualizado monetariamente mensalmente a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis (base 252), sendo que o produto da Atualização Monetária será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Atualização Monetária"), calculada na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **(L) Remuneração.** As Debêntures farão jus a uma Remuneração correspondente 9,55% (nove inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures e pagos de acordo com o Cronograma de Pagamentos ("Remuneração"), sendo calculado na forma e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. **(M) Prêmio Mensal.** Adicionalmente à Remuneração, será devido pela Companhia o pagamento de um prêmio mensal de 0,5% (cinco décimos por cento) por ano, calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, caso a NTN-B (2029) do mês referente à Data de Verificação seja divulgada em valor igual ou superior a 6,8% (seis inteiros e oito décimos por cento) por ano. Caso a NTN-B (2029) do mês referente à Data de Verificação seja divulgada em valor inferior a 6,8% (seis inteiros e oito décimos por cento) por ano, a Companhia estará isenta do Prêmio Mensal pelo referido mês, não sendo devido o pagamento. O Prêmio Mensal respeitará os termos e forma previstos na Escritura de Emissão. **(N) Garantias.** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contam com as seguintes garantias, as quais devem permanecer válidas e exequíveis até a integral liquidação das Obrigações Garantidas: (N.1) *Aval.* A Nave Giga – Empreendimentos e Participações S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 46.091.047/0001-09 ("Nave"), o Jorge Yamaniski Filho, inscrito sob o CPF nº 012.255.718-20 ("Jorge"), e sua esposa Rosely Kasumi Fugita Yamaniski, inscrita sob o CPF nº 100.714.258-88 ("Rosely") e, em conjunto com o Jorge e a Nave, os "Avalistas" constituem-se, nos termos do Código Civil, de forma irrevogável e irretirável, na condição de cobrigado(s), solidariamente, por todas as Obrigações Garantidas, sendo responsáveis autônomos e principais devedores e pagadores da totalidade das Obrigações Garantidas da Escritura de Emissão de Debêntures, de forma solidária com a Companhia; (N.2) *Alienação Fiduciária de Imóveis.* As Debêntures contarão com a garantia real imobiliária representada pela alienação fiduciária dos imóveis objetos das matrículas nº 141.882, 141.883, 141.891, 141.896, 141.899 e 141.900 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, correspondente as unidades autônomas nºs 2, 3, 11, 16, 19 e 20 do empreendimento Tumiarú 120 ("Imóveis Garantia"), de propriedade da Patrô Quarenta e Oito Empreendimentos Imobiliários S.A, empresa do grupo da Companhia ("Garantidora"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças" ("Alienação Fiduciária dos Imóveis

Garantia" e "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis", respectivamente); (N.3) *Promessa de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios.* As Debêntures contarão com a garantia real representada pela promessa de cessão fiduciária de todos os futuros direitos creditórios oriundos de cada Contrato de Direitos Creditórios (conforme a seguir definido), a serem depositados na Conta Centralizadora, incluindo o pagamento principal devido pelos respectivos Devedores dos Direitos Creditórios, na forma e prazos estabelecidos nos referidos instrumentos, bem como todos e quaisquer outros direitos creditórios previstos nos referidos Contratos de Direitos Creditórios, como acessórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, prêmios, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos referidos instrumentos., nos termos do "Instrumento Particular de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Promessa de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios" e "Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária", respectivamente); (N.3.1.) Os "Contratos de Direitos Creditórios" são: (i) o "Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Imóvel" ou/e "Escritura Pública de Compra e Venda" celebrado pelo(s) Adquirente(s) dos Imóveis Garantia e pela Garantidora para formalizar as obrigações de pagamento do(s) referido(s) Adquirente(s) ("Contratos de Compra e Venda"); e (ii) o contrato de venda e compra de um Imóvel Garantia a ser celebrado entre um Adquirente, a instituição financeira financiadora da aquisição dos Imóveis Garantia e a Garantidora ("Contratos de Financiamento" e, em conjunto com os Contratos de Compra e Venda, os "Contratos de Direitos Creditórios"). (N.4) *Fundo de Despesas Extraordinárias.* Constituição de Fundo de Despesas Extraordinárias, com recursos retidos, pela Securitizadora, por conta e ordem da Companhia, sobre os recursos a serem disponibilizados à Companhia, em montante equivalente ao Valor do Fundo de Despesas Extraordinárias, conforme descrito na Escritura de Emissão de Debêntures, destinados para cobrir as Despesas Extraordinárias da operação; (N.5) *Fundo de Despesas Recorrentes.* Constituição de Fundo de Despesas Recorrentes, com recursos retidos, pela Securitizadora, por conta e ordem da Companhia, sobre os recursos a serem disponibilizados à Companhia, em montante equivalente ao Valor do Fundo de Despesas Recorrentes, conforme descrito na Escritura de Emissão de Debêntures, destinados para cobrir as Despesas Recorrentes da operação; e (N.6) *Fundo de Reserva.* Constituição de Fundo de Reserva, com recursos retidos, pela Securitizadora, por conta e ordem da Companhia, sobre os recursos a serem disponibilizados à Companhia, em montante equivalente ao Valor de Constituição do Fundo de Reserva, conforme descrito na Escritura de Emissão de Debêntures, destinados para cobrir eventual inadimplemento de obrigações pecuniárias por parte da Companhia e/ou de Garantidor(es). **(O) Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação. **(P) Data de Subscrição.** As Debêntures serão subscritas pela Debenturista nas datas de integralização das Debêntures, na forma descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. **(Q) Datas de Integralização.** As Debêntures serão integralizadas exclusivamente com os recursos advindos da integralização dos CRI, de nos termos e condições do Termo de Securitização. **(R) Prazo e Forma de Integralização.** As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional: (i) na primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário; e (ii) para as demais integralizações, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, contados desde a primeira Data de Integralização dos CRI (inclusive) até a respectiva Data de Integralização das Debêntures (exclusive) ("Preço de Integralização"), exclusivamente com recursos de uma correspondente Integralização (CRI). **(S) Amortização Programada das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado conforme o Cronograma de Pagamentos do Anexo IV da Escritura de Emissão de Debêntures. **(T) Amortização Antecipada Compulsória.** As Debêntures serão amortizadas com os recursos oriundos dos Direitos Creditórios, observado o limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do saldo das Debêntures e as disposições do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. **(U) Amortização Antecipada Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, durante a Operação, promover a amortização antecipada facultativa das Debêntures, observado o quanto previsto nos itens abaixo, mediante notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, devendo, a data da Amortização Antecipada Facultativa deve, obrigatoriamente, ser uma Data de Pagamento. (U.1) Será devido o Prêmio de Pré-Pagamento, com exceção do previsto na Escritura de Emissão das Debêntures. (U.2) A comunicação de Amortização Antecipada Facultativa deve informar: (i) a Data de Pagamento pretendida para a Amortização Antecipada Facultativa; (ii) o valor da Amortização Antecipada Facultativa, com a aplicação do Prêmio de Pré-Pagamento; e (iii) quaisquer outras informações necessárias, a critério da Companhia, à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa. **(V) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, durante a Operação, promover o resgate antecipado das Debêntures, observado o quanto previsto nos itens abaixo, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404, mediante notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência ("Resgate Antecipado Facultativo"). (V.1) A data do Resgate Antecipado Facultativo deve, obrigatoriamente, ser uma Data de Pagamento. (V.2) Será devido o Prêmio de Pré-Pagamento, com exceção do previsto na Escritura de Emissão das Debêntures. (V.3) A Securitizadora deve verificar o valor do Resgate Antecipado Facultativo informado pela Companhia, em até 5 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação acima, deve enviar resposta à Companhia confirmando se o valor está correto ou, se necessário, informando o valor correto. O valor a ser pago será sempre aquele confirmado ou informado pela Securitizadora, conforme o caso. **(W) Vencimento antecipado.** As hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures constarão da Escritura de Emissão de Debêntures. **(X) Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos por meio da Operação serão utilizados integral e exclusivamente pela Emissora, para o custeio de despesas de natureza imobiliária futuras vinculadas e atinentes diretamente à construção, reforma e/ou manutenção dos empreendimentos imobiliários de acordo com o disposto no Anexo "Destinação de Recursos" da Escritura de Emissão de Debêntures ("Destinação de Recursos"); **(Y) Demais condições.** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão de Debêntures. **6.2.** Autorizar a participação da Companhia em operação de oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), por meio de oferta pública de distribuição em regime de melhores esforços, com registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160", "Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente), que serão lastreadas por cédula de crédito imobiliário de emissão da Securitizadora, que representará integralmente os recebíveis decorrentes das Debêntures, no valor base de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Os CRI terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais). **6.3.** Autorizar a administração da Companhia a celebrar a Escritura de Emissão de Debêntures ou qualquer outro documento que faça parte no âmbito da operação, bem como praticar todos e quaisquer atos relativos à implementação das deliberações a serem tomadas nos termos das cláusulas acima. **7. Encerramento** o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a mim, Secretário, que lavrasse a presente Ata, a qual, após lida, conferida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jorge Yamaniski Filho – Presidente; e Norival Thimoteo – Secretário. São Paulo-SP, 17 de dezembro de 2024. (ass.:) **Mesa:** Jorge Yamaniski Filho – Presidente; Norival Thimoteo – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 468.471/24-8 em 23/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

SC Edu Participações S.A.

CNPJ nº 40.114.495/0001-02 - NIRE 35.300.561.295 - Companhia de Capital Fechado

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A **SC Edu Participações S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.114.495/0001-02, com sede na Cidade de São Paulo, SP, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Gustavo Josef Wigman, convoca, através do presente edital, todos os acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), que será realizada exclusivamente de forma presencial no endereço Av. Nove de Julho, 5617, 9º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 01407-200, **às 10:00 horas, do dia 11/03/2025**, que conterá a seguinte ordem do dia, respeitando-se a integralidade do quanto decidido nos autos da ação cautelar pré-arbitral nº 1061508-81.2024.8.26.0100: **(i)** deliberar a aprovação ou reprovação justificada das contas dos administradores e discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2020 e 31/12/2023; **(ii)** deliberar sobre o funcionamento do conselho fiscal da Companhia, em observância aos dispositivos legais aplicáveis; e **(iii)** discutir assuntos relevantes relativos à Companhia, sua administração e valor de mercado, temas constantes de notificações trocadas entre os acionistas e administradores ao longo do ano de 2024, para além de quaisquer outros assuntos de interesse dos acionistas. **Documentos da administração à disposição dos acionistas.** Os documentos a seguir estarão disponíveis aos acionistas da Companhia antes da data da realização da Assembleia, em observância à legislação aplicável: (i) relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos dos exercícios em deliberação; (ii) cópia das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020 e 31/12/2023; e (iii) parecer do auditor independente, conforme aplicável. Considerando as recentes comunicações entre a administração da Companhia, os acionistas e os cotistas do SC Edu Fundo de Investimento em Participações de Responsabilidade Limitada ("FIP SC Edu"), a administração da Companhia franqueará aos cotistas do FIP SC Edu e/ou seus respectivos representantes que acompanhem a realização dos trabalhos da Assembleia. Eventuais cotistas e/ou representantes que tenham interesse em comparecer à Assembleia deverão comunicar sua intenção previamente à diretoria da Companhia com prazo limite de até 5 dias úteis anteriores à realização da Assembleia, mediante a apresentação dos respectivos documentos de representação e identificação. São Paulo, 27/12/2024. **SC Edu Participações S.A.**, Gustavo Josef Wigman, Diretor-Presidente. (28, 31/12/2024 e 03/01/2025)

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

CNPJ Nº 21.581.284/0001-27 - NIRE (JUCESP) 35300474015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2024

1. Data, Horário e Local: 29/11/2024, às 10 horas, na sede da empresa, localizada na Rodovia dos Tamoios S/N, Bairro Zona Rural, Caraguatatuba - SP, complemento quilômetro 65-400 ("Cia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** A assembleia foi presidida pelo Diretor da Cia, Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves, e secretariada pelo também Diretor da Cia, Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque. **4. Ordem do Dia:** Exame, discussão e votação acerca da: (i) autorização para a celebração, pela Companhia, de termo aditivo e modificativo ao Contrato de Concessão Patrocinada SLT nº 008/2014 ("Contrato de Concessão"), a ser celebrado junto à Secretária de Parcerias em Investimentos ("SPI" ou "Poder Concedente"), na qualidade de poder concedente; à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP") e ao Departamento de Estradas de Rodagem ("DER/SP"), na qualidade de intervenientes anuentes, que tem por objeto formalizar o reconhecimento o a forma de pagamento do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da materialização de risco atribuído ao Poder Concedente no aditivo nº 06/21, tendo em vista a demora na disponibilização das áreas públicas necessárias para a execução das obras, realizando sua recomposição ("Custos Indiretos") ("Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão"); e (ii) autorização para a celebração de termo aditivo ao instrumento particular de contrato de construção dos Contornos nº. GEREN.0044/2021, cujo objeto é o reconhecimento, em relação à subcontratada, do desequilíbrio econômico-financeiro em razão da materialização do evento dos Custos Indiretos ("Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato GEREN.0044/2021"). **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, discutida a ordem do dia, tendo em vista o disposto no Processo Administrativo Artesp nº 134.00027723/2023-90, foi aprovado pela acionista única: (i) Em atendimento ao artigo 10º, parágrafo terceiro, inciso (xxii) do Estatuto Social da Cia e condicionado à deliberação favorável da SPI e Artesp, AUTORIZAR a Companhia, representada por sua Diretoria e/ou procuradores devidamente constituídos, a celebrar o Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão, juntamente com o Poder Concedente, a Artesp e o DER/SP, decorrente do reconhecimento dos Custos Indiretos; (ii) Em razão da deliberação acima, e atendimento ao artigo 10º, parágrafo terceiro, incisos (xxi) e (xxiv) do Estatuto Social da Cia, Autorizar a Cia, representada por sua Diretoria e/ou procuradores devidamente constituídos, a celebrar o Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato GEREN.0044/2021; e (iii) A lavratura sumariada desta ata, determinando o arquivamento na Cia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia Geral realizada. **6. Encerramento:** Franqueada a palavra a quem ainda dela quisesse fazer uso, não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar foi a presente ata lida, achada conforme e aprovada. **7. Assinaturas:** Presidente da Mesa: Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves; Secretário da Mesa: Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque; Acionista: Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. Confere com o original lavrada em livro próprio. Luis Felipe de Oliveira Neves - Presidente da Mesa, Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque - Secretário de Mesa, Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. Acionista. Jucesp - Certifico o registro sob o nº 468.050/24-3 em 23/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

